

REVISTA MARACANAN

Apresentação

A cor local: ideias e discursos em contextos imperiais (séculos XVI-XVIII) - recepção, reelaboração, produção

The local color: Ideas and discourses in imperial contexts (XVI to XVIII centuries) - reception, re-elaboration, production

Camila Corrêa e Silva de Freitas*

Universidade de Pernambuco
Nazaré da Mata, Pernambuco, Brasil

Antônio Mário David Siqueira Ferreira**

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Rachel Saint Williams***

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil



* Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo; Mestre em História Social e graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (camilacorreaesilva@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-1562-1323>

 <http://lattes.cnpq.br/5169338533705053>

** Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Doutor em Filosofia e graduado em História e em Filosofia pela Universidade de São Paulo. (mdsf.antonio@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-9857-6662>

 <http://lattes.cnpq.br/7265831200247186>

*** Pesquisadora em Estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com bolsa PNPd/CAPES. Doutora e Mestre em História Social e graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (rachel.saint.williams@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-3167-4086>

 <http://lattes.cnpq.br/6086927886962074>

A vertente histórica que elege como objeto de investigação a história social das ideias e as diversas formas de produção discursiva tem obtido papel de destaque no cenário historiográfico contemporâneo, dado que enfatiza o espaço central ocupado pelas ideias e discursos na conformação dos acontecimentos e processos históricos. A partir dos anos 1980, parte expressiva dessas análises, em especial aquelas coladas à crítica cultural e às perspectivas teóricas pós-coloniais, buscou lançar luz sobre o papel ativo de atores sociais não europeus na elaboração de ideias, discursos e conceitos. Durante muito tempo, porém, esses esforços concentraram-se nos séculos XIX e XX, o que acabou favorecendo a persistência, tanto nos círculos historiográficos, quanto nos livros didáticos, da noção tradicional de que ideias e discursos eram adotados passivamente em contextos de dominação imperial durante a época moderna. Contrariando essa imagem, na pesquisa histórica das últimas décadas vem ganhando destaque o lugar proeminente da elaboração e reelaboração das ideias e discursos – jurídicos, políticos, teológicos e estéticos – nas sociedades sob domínio imperial. Tal viés de investigação tem se mostrado crucial para a ampliação de nossa compreensão acerca da formação dos impérios modernos, bem como tem permitido questionar determinadas leituras eurocêntricas acerca da época moderna.

A fim de demonstrar a riqueza e a pujança dessa perspectiva de análise, o presente Dossiê reuniu pesquisas oriundas de variadas abordagens teórico-metodológicas que possibilitam pensar os múltiplos caminhos e mecanismos a partir dos quais as ideias e os discursos são continuamente elaborados e reelaborados em contextos imperiais, reagindo nesses termos às circunstâncias históricas particulares que deixaram uma marca indelével na formação do mundo moderno.

No total, o(a)s leitor(a)s terão acesso a seis artigos. O primeiro deles, intitulado **Religion in a Global Context: the reframing of the concept during early modern globalization**, é de autoria de Renata Cabral Bernabé. Amparando-se em fontes manuscritas de teólogos ibéricos dos séculos XVI e XVII (sobretudo com experiência missionária na América e na Ásia) e seguindo propostas vindas dos estudos pós-coloniais, Bernabé empreendeu um balanço acerca da historiografia dedicada à “globalização” com vistas a defender a tese de que não apenas a economia (busca de riquezas), mas também a religião (a atividade missionária, a conversão e salvação do máximo de almas) ocupa um lugar central no processo histórico da moderna globalização, isto é, aquela empreendida pelos impérios ibéricos no ultramar, na primeira modernidade. Servindo como instrumento de interpretação e de legitimação da presença europeia, a religião em questão já não é o cristianismo europeu pura e simplesmente. Na esteira dos argumentos apresentados por Nicola Gasbarro e Kuan-Hsing Chen, Bernabé sustenta que a religião teria sofrido uma “reformulação” no encontro entre europeus e não europeus, de modo que o conceito deve ser entendido pela historiografia contemporânea como não exclusivamente europeu, mas fruto de um processo de “hibridização”, que teria prevalecido

sobre a tentativa de “ocidentalização” do Novo Mundo (Bernabé parte da conceituação de Gruzinski, de quem, no entanto, diverge). Com isso, a autora faz coro às críticas ao emprego da noção de “religião” em abstrato, como fenômeno atemporal e numa chave essencialista. Por fim, Bernabé não deixa de fazer a ressalva de que o dito encontro foi marcado por assimetrias: ao fim e ao cabo, foram teólogos e juristas europeus do período, notadamente aqueles com experiência no Novo Mundo, que, vendo-se forçados a reformular o conceito de religião para preservar uma perspectiva universalista do cristianismo, realizaram esforços teóricos nesse sentido.

Tratando mais especificamente da América hispânica, o segundo artigo, **En defensa de la libertad del indígena: un análisis sobre la esclavitud y el poder político em Bartolomé de las Casas**, de Gabriel Cardoso Bom e Manuel Mendés Alonso, dialoga com o primeiro ao tratar também de reelaborações jurídicas e teológicas oriundas do contato e da relação de dominação imposta por europeus a nações indígenas. Os autores revisitam um dos teóricos mais estudados e discutidos da América Hispânica na época moderna: Bartolomé de las Casas. Seguindo de perto leituras estabelecidas na bibliografia secundária, Bom e Alonso destacam os pontos centrais da posição assumida pelo teólogo dominicano na controvérsia que teve lugar no Império espanhol acerca do estatuto jurídico das nações indígenas e, consequentemente, das decisões que caberiam à Coroa espanhola tomar em relação a sua política de colonização. Os autores sustentam que, não obstante inserido no efervescente debate em curso no âmbito da Escola de Salamanca, Las Casas faz uso de conceitos teológicos e jurídicos (como “liberdade”, “escravidão”, “comunidade”, “barbárie”) de uma maneira bastante original, no que se inclui os conceitos de “validade” e “homologação”, estes relacionados à autoridade papal. Para tanto, ainda segundo os autores, Las Casas deu preferência a fontes outras que não os teólogos da Segunda Escolástica, notadamente aquelas do direito romano e do direito canônico. Por fim, os autores chamam atenção para o enraizamento social e político da posição assumida por Las Casas em relação ao estatuto jurídico das nações indígenas na América. Por um lado, sua posição guardava analogia com o estatuto jurídico dos membros da Igreja Católica (argumento de Kenneth J. Pennington), por outro lado, sua posição foi conformada por uma estratégia que tinha em vista a um só tempo converter os povos nativos em vassalos do rei e convertê-los ao cristianismo com “suavidade”, favorecendo a posição centralizadora da Coroa espanhola em face dos colonizadores, posição teve boa fortuna sob o reinado de Carlos V, mas não sob Felipe II.

Na sequência, o Dossiê traz mais três artigos que se dedicam a reflexões relativas à América Portuguesa. O artigo **“Se imprima para com facilidade se aprender”: circulação, conhecimento e normatização da língua kiriri nos sertões da América Portuguesa na segunda metade da centúria setecentista**, de Ane Luise Silva Mecnas trata da produção de conhecimento linguístico pelos jesuítas a partir das experiências missionárias na América lusa, se inserindo em um campo de pesquisas que vem conhecendo amplo desenvolvimento, nas últimas décadas, no Brasil. Mecnas toma como fontes de investigação as obras *Catecismo da Doutrina Christã* e *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçam Kiriri*, escritas pelo padre

Luigi Vincenzo Mamiani della Rovere e publicadas em fins do Seiscentos em Lisboa. Trata-se, em suma, de dois instrumentos linguísticos que deveriam viabilizar a comunicação e a conversão dos ameríndios daquela nação, espalhada nos “sertões de dentro” da América lusa, área de fronteira da expansão ao norte. A autora se propõe a fazer um duplo movimento de análise. Primeiro, a partir do conteúdo das duas obras, apresentar e discutir as estratégias de conversão, relatadas nos textos, que foram empregadas pelos missionários jesuítas junto aos Kiriri, bem como analisar o processo de tradução e normatização cultural que o *Catecismo* e a “*Gramática*” evidenciam. Depois, partindo da dimensão da circulação de conhecimentos entre Europa e Américas, através dos agentes em movimento, identificar que textos e saberes prévios Mamiani mobilizou para produzir estas duas obras. Na concepção de Mecnas, a análise dos textos de Mamiani permitem evidenciar as particularidades do exercício da escrita na fronteira, entre povos, culturas e línguas diferentes.

Já Marcos Arthur Viana da Fonseca, autor do artigo **“Ainda que no exercício sucedam mortes e cortamento de membros”: D. Manuel Álvares da Costa e a discussão jurídica da subdelegação do governo das armas durante a Guerra dos Mascates (1710-1711)**, examina uma controvérsia jurídica, no contexto do citado conflito pernambucano. Esta dizia respeito à legitimidade do governador interino de Pernambuco, o bipo D. Manuel Álvares da Costa (1710-1711), em subdelegar o governo das armas a uma junta militar. Em sua análise, Fonseca toma como ponto de partida o reconhecimento de referências e fontes, na longuíssima duração, em torno do conceito de *iurisdictio* (“jurisdição”), desde seu estabelecimento pelo Direito Romano nos séculos V e VI, passando por elaborações de teólogos e juristas na Baixa Idade Média, até sua recepção pela Segunda Escolástica nos séculos XV e XVI. Tendo em vista que D. Manuel Álvares da Costa era partidário dos senhores de engenho de Olinda, ou a “açucarocracia”, e contrário aos comerciantes reinóis de Recife, a não legitimidade do ato reclamada pelos partidários dos reinóis implicaria em atribuir ao bispo a usurpação do poder da Coroa, razão pela qual não apenas se discutia se havia na subdelegação “causa justa”, como ainda se o bispo agiu ou não com “malícia”. Fonseca mostra que, na disputa de interpretações e justificativas, as estratégias argumentativas empregadas de ambos os lados opunham diferentes fontes do Direito: enquanto os adversários do bispo se ampararam no direito comum praticado no Reino para justificar sua posição, seus partidários, provavelmente orientados pelo próprio bispo, recorreram a argumentos jurídicos do direito romano e do direito canônico, além da opinião de teólogos renomados, com destaque para o jesuíta Luís de Molina. A controvérsia aqui examinada, atravessada por pareceres, cartas e manifestos que funcionaram como “mecanismos de propaganda”, atesta não apenas que as práticas de governo no Império português são marcadas por debates acerca da largueza do Direito, mas que, em última instância, esse debate obedece casuisticamente a interesses em conflito, sob circunstâncias e contextos históricos específicos.

Por sua vez, Ana Lunara Morais, investiga as ressignificações das classificações e hierarquias sociais do Antigo Regime europeu no ultramar português. No quinto artigo do dossiê,

De pinha à fruta do conde: uma análise das múltiplas nobrezas do ultramar a partir da obra alegórica *Frutas do Brasil*. Pernambuco, início do século XVIII, a autora toma como ponto de partida a perspectiva de que a categoria de nobreza foi variável em sociedades do Antigo Regime de acordo com o contexto e com a espacialidade. No caso das sociedades formadas nos domínios do império português, não havia precisão conceitual para o termo “nobreza”, pois a prestação de diferentes serviços à Coroa portuguesa havia viabilizado novos caminhos para o enobrecimento. No artigo, Moraes se debruça sobre a obra *Frutas do Brasil*, especificamente no capítulo “Do estado da nobreza”, do frei franciscano Antônio do Rosário, para, a partir do texto alegórico do frei, investigar os múltiplos significados de nobreza no ultramar luso e os diferentes modelos de ascensão e legitimação social no reino português e na América, em especial em Pernambuco no início do século XVIII, onde Antônio do Rosário viveu entre 1689 e 1704.

O último artigo do dossiê é assinado por Karoline Marques Machado. No texto **Os espaços de circulação dos provedores da Misericórdia. Uma análise sobre os locais de atuação dos gestores da caridade no Rio de Janeiro (c. 1640 – c. 1780)**, a autora faz dois movimentos principais com a intenção de mapear os espaços de circulação dos homens que se tornaram provedores da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Rio de Janeiro. Tais movimentos consistem em traçar o perfil social dos provedores e identificar as tarefas administrativas desempenhadas por estes sujeitos nas malhas do império português, entre 1640 a 1780, aproximadamente. Baseando-se em ampla documentação, o artigo sustenta que a presença na Misericórdia se alinhava à criação de redes de alianças, favorecendo, assim, o acesso a um variado leque de informações e recursos materiais, ampliando e fortalecendo a capacidade de atuação política dos homens de prestígio da Misericórdia.

Por fim, também integra o Dossiê a publicação de uma excelente entrevista com o professor de História da América colonial da Universidade Federal Fluminense, Leonardo Marques. Na entrevista, nos deparamos com o perfil de um historiador duplamente inquieto, uma qualidade essencial desse ofício, em nossa perspectiva. Inquieto, em primeiro lugar, porque Marques não se restringe – ou ainda pior, se entrincheira – em uma determinada vertente historiográfica, transformando escolhas teóricas e metodológicas em verdades auto evidentes a respeito da prática historiográfica coletiva. Ao contrário, nosso entrevistado transita com fluidez e olhar crítico por diversas vertentes historiográficas – dentre elas, a história comparada, a *Global history*, a *World history*, a perspectiva dos sistemas-mundo, e a história econômica – e diferentes áreas de conhecimento como a História, a Sociologia, a Antropologia e a Economia política. Em seus comentários, a respeito das variadas perspectivas de análise e tradições de pensamento, Marques aponta as possibilidades, mas também os limites, de diversas teorias, ao mesmo tempo em que busca historicizar e contextualizar tais teorias. O segundo motivo de inquietude, em nossa leitura, é não se conformar, ou limitar, com a descrição do ofício do historiador como copista de arquivo. Na contramão desse movimento, Marques não se esquivava ao diálogo com modelos interpretativos de maior fôlego, especialmente aqueles que buscam

ressaltar “conexões, entrelaçamentos, integrações”, para usar as palavras do autor, entre diferentes espaços não modulados previamente pelo recorte do Estado-nação. Ainda perpassa toda a entrevista uma importante reflexão acerca do universalismo nas Ciências Humanas. A leitura da entrevista é especialmente recomendada a todas as pessoas que se interessem pelas temáticas associadas ao capitalismo, à escravidão e à história das mercadorias.

Na seção de Artigos Livres, pesquisadores de diferentes origens e interesses trazem à público suas pesquisas, em contribuições que exploram diferentes aspectos e perspectivas de análise para investigar temas como a dinâmica de produtos na Bahia colonial, a ascensão e distinção sociais nas áreas de ocupação recente do Império do Brasil, as condições de saúde no pós-abolição republicano, os papéis de gênero na imprensa chilena e os debates em torno da migração na imprensa do Estado Novo. Compõem a seção os artigos: **Mercadorias orientais na cidade da Bahia: as fazendas de Antonio Manoel de Melo e Castro (1795)** de Victória Carneiro Sousa e Augusto Fagundes da Silva dos Santos; **Possibilidades e limites de ascensão social através da guerra: a trajetória de “um soldado que por mais de 50 anos serviu com dedicação e lealdade à pátria e ao monarca” (Cruz Alta, c. 1840-1867)** de Ernesto Pereira Bastos Neto; **Doenças no pós-abolição: O impacto das doenças em pretos e pardos na região metropolitana do Rio de Janeiro (1888-1940)** de Carlos Eduardo Coutinho da Costa; **“Garotas modernas”: como as estudantes do ensino médio percebem seu papel social. Análise das revistas de escolas femininas no Chile, primeira metade do século XX** de Katerinne Pavez Marchant; e **A questão imigratória na revista Diretrizes: um reflexo da disputa editorial entre Azevedo Amaral e Samuel Wainer** de Yuri Barbosa Resende.

Na seção de Traduções, **A Diversidade cultural nas práticas de ensino de Ciências humanas e sociais planejadas pelos futuros professores do primário**, texto traduzido do francês especialmente para a Revista Maracanan, Anderson Araújo-Oliveira, professor no Departamento de Educação da Université du Québec à Trois-Rivières, propõe uma reflexão sobre a inclusão escolar a partir da análise de como a questão da diversidade cultural é trabalhada nos currículos do Quebec.

Por fim, celebrando a memória de José Murilo de Carvalho, falecido no dia 13 de agosto de 2023, Guilherme Pereira das Neves e Lucia Maria Bastos dedicam ao historiador, professor e amigo o texto **Para lembrar José Murilo de Carvalho (1939-2023)**, homenagem e lembrança àquele que foi um dos grandes investigadores do passado vivo do Brasil. “José Murilo de Carvalho permanece vivo em sua obra graças à tensão que soube criar através dessa dupla herança – o local e o universal, o pessoal e o coletivo, o passado e o presente –, pois aprendera bem cedo a situar o indivíduo em seu ambiente”.

Boa leitura!